

09 Abril de 2007 | 15h02

Governante admite haver contribuições para desenvolvimento das comunidades pobres



**MINISTRO DO URBANISMO E AMBIENTE,
SITA JOSÉ**

Luanda, 10/04 - As resoluções saídas no Fórum Urbano Nacional vão contribuir no aprofundamento dos conhecimentos sobre a habitação e o acesso à terra e a organizar as zonas urbanas e peri-urbanas do país, admitiu segunda-feira, em Luanda, o ministro do Urbanismo e Ambiente, Sita José.

O governante fez esta afirmação no acto de abertura da primeira sessão do Fórum Urbano Nacional, realizado no Museu Nacional de História Natural, numa promoção da Ong Development Workshop, sob o lema "Desafios da Regularização

Fundiária".

Referiu que as contribuições dos participantes no fórum vão ainda contribuir na identificação e valorização das experiências de governação urbana bem sucedida.

Segundo ele, espera-se que o mesmo venha a contribuir na formulação de uma política inovadora do desenvolvimento urbano sustentável e de gestão participativa dos cidadãos.

Nesta perspectiva, adiantou que a atenção especial do governo tem sido dada no sentido de se imprimir uma nova dinâmica no processo de modernização da administração pública e na revisão dos princípios de organização e funcionamento dos Governos Provinciais, Municipais e Comuns.

Como disse, o governo definiu e está a implementar a sua Estratégia Global de Combate à Pobreza com resultados expressivos, referindo-se ao Programa de Melhoria e Aumento da Oferta de Serviços Básicos às

populações.

Adiantou, por outro lado, que Angola optou a Declaração do Milénio que visa um melhor governação, satisfação dos direitos humanos e responsabilização de todos os actores estatais e não estatais na luta contra a pobreza no seio das comunidades desfavorecidas.

Destacou, entre outros, o fenómeno da expansão das construções anárquicas e a situação da pobreza urbana, a descentralização do poder e a participação da sociedade civil na governação urbana, bem como os modelos de parceria entre governo, autoridades locais e sociedade civil como os principais factores que as cidades do país enfrentam.

O ministro do Urbanismo e Ambiente agradeceu os organismos internacionais que apoiam os esforços do Governo de Angola no combate a pobreza urbana como o Departamento Britânico para o Desenvolvimento Internacional (DFID), o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), a Comissão Europeia (CE) e outros doadores internacionais.

O certame abordou a questão dos direitos evolutivos sobre terras nas zonas peri-urbanas" e os "Mecanismos de participação da sociedade civil na definição

das políticas públicas - questão da habitação e terras".

Foram também equacionados aspectos inerentes ao Decreto-lei 02/07 que regula a organização e o funcionamento dos Governos Provinciais, Municipais e Comunaes, o reforço das capacidades das administrações locais e a participação do cidadão.

Participam do colóquio membros do governo, representantes de organizações da sociedade civil, líderes comunitários, provedores de serviços na comunidade, Ong nacionais e internacionais e outros actores que trabalham em prol a redução da pobreza na base de uma governação participativa.

Actualmente, o Projecto de Luta contra a Pobreza Urbana desenvolve acções nos municípios do Kilamba Kiaxi, Cacuaco, Cazenga e Sambizanga, na província de Luanda.